

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2018- SRP- MPC/PA**  
**PROCESSO Nº: 2018/200398**  
**CERTAME EXCLUSIVO PARA ME e EPP (Decreto Federal nº 8.538/2015)**

O Estado do Pará, por intermédio do MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ – MPC/PA, torna público que realizará **licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO** para **REGISTRO DE PREÇOS**, em sessão pública virtual, por meio da internet, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases, na forma de execução indireta, processada e julgada consoante a Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006, Decreto Federal nº 5.450/2005, Decreto Federal nº 7.892/2013, Decreto Federal nº 8250/2014, Decreto Federal nº 8.538/2015 e Lei Estadual nº 6.474/2002, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 199/2003, Decreto Estadual nº 2.069/2006, de 20/02/2006, do Decreto Federal nº 6.204, de 05/09/2007, Decreto nº 1.887 de 07 de novembro de 2017, com aplicação supletiva da Lei nº 8.666/93, da legislação correlata e as cláusulas, especificações e recomendações deste Ato Convocatório.

**1. DA SESSÃO**

**1.1. DA SESSÃO PÚBLICA:**

UASG: **926475**

Data para recebimento de Propostas: A partir de 17 de agosto de 2018.

Data da Sessão Pública: 30 de agosto 2018.

Hora: 10:00 horas (**horário local**).

Local: No site [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

**1.2. DAS PEÇAS:** Este instrumento contém:

Edital – Páginas 01 à 14, incluindo esta;

Termo de Referência – **Anexo I** – Páginas 15 à 20;

Quantitativo dos Produtos – **Anexo II** – Páginas 21 à 23;

Descrição dos Produtos – **Anexo III** – Páginas 24 à 36;

Minuta Ata de Registro e seu Anexo – **Anexo IV** – Páginas 37 à 39;

Modelo de Declarações – **Anexo V** – Páginas 40;

Modelo de Proposta – **Anexo VI** – Páginas 41.

**1.3. LOCAL PARA LEITURA OU OBTENÇÃO DESTA EDITAL:**

LOCAL: nos sites [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), [www.mpc.pa.gov.br](http://www.mpc.pa.gov.br) ou [www.compraspa.pa.gov.br](http://www.compraspa.pa.gov.br).

**1.4. CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

**MENOR PREÇO DO LOTE**

**2. DA JUSTIFICATIVA:**

2.1. A referida contratação justifica-se pela necessidade em atender à demanda do Ministério Público de Contas do Estado do Pará – MPC/PA para a aquisição de MATERIAL DE EXPEDIENTE, sendo imprevisível o quantitativo estimado pela necessidade da aquisição para o bom andamento das atividades que o órgão desempenha.

**3. DO OBJETO:**

3.1. REGISTRO DE PREÇO na forma de PREGÃO ELETRÔNICO para contratação de empresa especializada no fornecimento de MATERIAL DE EXPEDIENTE, certificados pelo INMETRO, quando for o caso, para suprir a demanda do Ministério Público de Contas do Estado do Pará – MPC/PA, conforme especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Edital e seus Anexos.

3.2. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Comprasnet - [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão às últimas.

#### **4. DOS ESCLARECIMENTOS E DAS IMPUGNAÇÕES.**

4.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados a Pregoeira, na forma eletrônica ([licitacoesmpc@mpc.pa.gov.br](mailto:licitacoesmpc@mpc.pa.gov.br)), em até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública (art. 19 do Decreto nº 5.450/2005, art. 20 do Decreto Estadual nº 2.069/2006).

4.2. Qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório deste pregão, na forma eletrônica, em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública (art. 18 do Decreto nº 5.450/2005, art. 19 do Decreto Estadual nº 2.069/2006), encaminhada por meio do sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

4.2.1. Não o fazendo neste prazo, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos para permitir a continuidade dos procedimentos e a apreciação das propostas, não cabendo aos licitantes direito a qualquer reclamação posterior.

4.2.2. Caberá a pregoeira, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até 24h úteis (vinte e quatro horas).

4.2.3. A entrega das propostas sem que tenha sido tempestivamente impugnado o edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

4.3. Não serão reconhecidas as impugnações interpostas por outro meio que não o eletrônico e vencidos os respectivos prazos legais.

4.4. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

4.5. O teor das impugnações e questionamentos/esclarecimentos solicitados, bem como as respectivas respostas ficará disponível para conhecimento dos fornecedores e sociedade em geral no sistema Compras Net, no site [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), por meio do link: Acesso Livre > Pregões > Agendados.

4.6. Qualquer modificação no edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu no texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

#### **5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

5.1. Poderão participar da presente licitação as empresas do ramo que atenderem a todas as condições do presente Edital, inclusive de seus anexos.

5.2. Empresas interessadas que estiverem previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no endereço eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) na Internet.

5.2.1. As licitantes e os seus representantes legais poderão realizar o cadastro no SICAF, junto a qualquer Órgão autorizado, em até três dias úteis antes da data de realização do certame, sendo este prazo peremptório, de acordo com o Decreto nº 4.485/02.

5.3. As empresas não cadastradas no SICAF e que tiverem interesse em participar deste pregão deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação junto a qualquer Unidade Cadastradora dos órgãos da Administração Pública, até o terceiro dia útil anterior a data do recebimento das propostas (Parágrafo único do art. 3 do Decreto nº 3.722/2001, alterado pelo Decreto nº 4.485, de 25 de novembro de 2002);

5.4. Como requisito para participação neste Pregão, a licitante deverá declarar, de forma virtual, em [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), o pleno conhecimento e atendimento das exigências de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste instrumento convocatório.

5.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

5.6. Da participação das microempresas e empresas de pequeno porte:

5.6.1. Aplica-se neste certame o previsto na Lei Complementar 123/2006, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações posteriores, que estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte.

**5.7. Estão impedidas de participar da presente licitação:**

5.7.1. Empresa que se encontre em processo de dissolução, falência, concordata, fusão, cisão ou incorporação. A participação de empresa em recuperação judicial é possível, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, certificando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar do procedimento licitatório nos termos da Lei nº 8.666/93.

5.7.2. Empresas estrangeiras não autorizadas a funcionar no País.

5.7.3. Empresas declaradas inidôneas ou suspensas de licitar e/ou contratar, no âmbito do da Administração Pública, conforme o Art. 87, III e IV da Lei nº 8.666/93, Art. 7º da Lei nº 10.520/02 e art. 11 da Lei Estadual nº 6.474/2002.

5.7.3.1. Considerar-se-á a seguinte decisão: *“A punição prevista no inciso III do artigo 87 da Lei 8.666/93 não produz efeitos somente em relação ao órgão ou ente federativa que determinou a punição, mas a toda a Administração Pública, pois, caso contrário, permitir-se-ia que empresa suspensa contratasse novamente durante o período de suspensão, tirando desta a eficácia necessária.” (REsp nº 174.247/SP, 2º T., rel. Min. Castro Meira, DJ de 22.11.2004).*

5.7.4. Empresas cujos dirigentes, diretores, sócios, responsáveis ou empregados, haja algum dirigente ou servidor do Ministério Público de Contas do Estado do Pará;

5.7.5. Empresas controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si.

5.7.6. Empresas prestadoras de serviço que tenham, como sócios, gerentes ou diretores, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidor ocupante, no âmbito deste Órgão, de cargo de direção, chefia ou assessoramento.

## 6. DO CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES

6.1. O Credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico. (§ 1º, art. 3º do Decreto nº 5.450/2005; art. 3º do Decreto Estadual nº 2.069/2006), no site: <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>.

6.2. O Credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico (art. 3º do Decreto Estadual nº 2.069/2006; § 6º art. 3º do Decreto nº 5.450/2005).

6.3. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Ministério Público de Contas do Estado do Pará, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros (Decreto Estadual nº 2.069/2006).

6.4. Como requisito para a participação no pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências previstas no edital (Decreto Estadual nº 2.069/2006).

## 7. DAS PROPOSTAS DE PREÇO

7.1. As propostas deverão ser formuladas de acordo com as especificações contidas neste edital (ANEXO I) e enviadas exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, através do endereço [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

7.2. Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, a licitante deverá encaminhar, EXCLUSIVAMENTE por meio do sistema eletrônico Comprasnet, proposta de preços com os respectivos anexos, se for o caso, formulada de acordo com o Termo de Referência (Anexo I), e as especificações detalhadas do objeto, até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas. (art. 21, do Decreto Federal nº 5.450/2005).

7.2.1. O licitante deverá, sob pena de desclassificação, descrever detalhadamente no sistema Comprasnet o objeto ofertado citando marca e modelo e todas as características as quais possam permitir identificá-lo.

7.2.2. Não será aceita oferta de objeto com especificações diferentes das indicadas nos anexos deste edital.

7.2.3. Os custos decorrentes da elaboração e apresentação da proposta serão de responsabilidade exclusiva do licitante.

7.2.3.1. Deverão ser considerados na composição do preço do objeto licitado todos os custos, aí incluídos seguros, fretes, taxas, contribuições, impostos, encargos sociais e trabalhistas e outro necessário a sua execução, devendo ter perfeita compatibilidade com os valores unitários e totais apresentados para o mesmo.

7.2.4. Os preços propostos pelo licitante são de sua exclusiva responsabilidade, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração deste sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.2.5. Não serão admitidas posteriormente, alegações de enganos, erros ou distrações na elaboração das propostas de preços como justificativas de solicitação de quaisquer acréscimos, de reequilíbrio econômico-financeiro da proposta, de indenizações ou ressarcimentos de qualquer natureza. Os licitantes deverão arcar com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas.

7.2.6. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

7.3. Toda proposta registrada terá prazo de **validade de 90 (noventa) dias**.

7.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública, não sendo o Ministério Público de Contas do Estado do Pará, em nenhum caso, responsável pelos mesmos, inclusive pela eventual desconexão do sistema.

7.5. O licitante deverá acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6. Não será admitido no preço unitário do item apresentado na proposta comercial escrita, o fracionamento de centavo que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se sumariamente a fração remanescente.

7.7. Não serão levadas em consideração, quaisquer declarações, reclamações ou impugnações feitas posteriormente à lavratura das atas.

7.8. A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital.

7.9. A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

7.10. Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.



## **8. DO INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA**

8.1. No dia e hora indicados no preâmbulo deste edital, a pregoeira abrirá a sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, no Comprasnet, sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

8.2. A comunicação entre a pregoeira e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico Compras Governamentais.

8.3. Após a abertura, a pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não apresentarem conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

8.4. **Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão (art. 13, Inciso IV, do Decreto Federal nº 5.450/2005).**

## **9. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES**

9.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo cada licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

9.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

9.3. Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance ofertado e registrado no sistema.

9.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.5. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

9.6. Durante o transcurso da Sessão Pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

9.7. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão da pregoeira. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

9.8. No caso de desconexão com a pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando a pregoeira, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

9.8.1. Quando a desconexão da pregoeira persistir por tempo superior a 10 min (dez minutos), a Sessão do Pregão poderá ser suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

9.9. Não será admitida a desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante que não os honrar às penalidades constantes no presente Edital, exceto por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira, sendo que a desistência somente poderá ocorrer até o aceite da proposta.

9.9.1. A pregoeira poderá acatar o pedido de desistência somente quando for para assegurar interesse próprio do Ministério Público de Contas do Estado do Pará quanto à melhor especificação do produto e/ou melhores condições de preço.

## **10. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

10.1. Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal por parte da microempresa ou empresa de pequeno porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.1.1. A não regularização da documentação no prazo previsto no item 10.1. implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará a Pregoeira convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

## 11. DA CLASSIFICAÇÃO, JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS.

11.1. A pregoeira verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, registrando no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

11.2. **Serão desclassificadas as propostas** que apresentarem preços por item e os unitários, excessivos, simbólicos, irrisórios ou zerados ou manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrado sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto.

11.3. O pregoeiro efetuará o julgamento das Propostas de Preços de acordo com as exigências contidas neste Edital e Termo de Referência, pelo critério do **MENOR PREÇO DO LOTE**, podendo encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem assim, decidir sobre sua aceitação.

11.3.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.4. A pregoeira poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Ministério Público de Contas do Estado do Pará ou ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

11.5. A proposta será desclassificada se:

11.5.1. Ficar demonstrado que as especificações não atendem aos requisitos mínimos exigidos no Termo de Referência e seu anexo;

11.6. No caso da proposta ou do lance de menor valor não ser aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, a pregoeira examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

11.7. A simples irregularidade formal que evidencie lapso isento de má-fé e que não afete o conteúdo da proposta, não será causa de desclassificação.

11.7.1. A pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes a eficácia para fins de classificação e habilitação.

11.8. Conforme disposto no Decreto nº 1.887/2017, após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta da licitante mais bem classificada, para formação de cadastro de reserva. Para tanto, serão adotados os seguintes procedimentos:

11.8.1. A convocação dos licitantes remanescentes dar-se-á após a declaração do licitante vencedor.

11.8.2. Declarado o licitante vencedor, beneficiário da Ata de Registro de Preços, a autoridade homologadora convocará os licitantes remanescentes, via Comprasnet, informando a data/hora do fim do Cadastro de reserva para, os que quiserem igualar os valores de suas propostas aos valores da proposta do licitante vencedor.

11.8.2.1. Os licitantes que anuírem à convocação formarão o cadastro de reserva. O sistema deverá enviar um e-mail **a todos os fornecedores que não tiveram suas propostas recusadas**, sendo assegurada a ordem de classificação, conforme o disposto, do art. 13, do Decreto Estadual nº 1.887/2017.

11.8.2.2. Ao receber o e-mail de convocação para cadastro de reserva, o licitante terá que se logar no Comprasnet e **Registrar Intenção de Participar do Cadastro de Reserva** (*confirmando que aceita fornecer a quantidade ofertada dos itens ao preço do licitante vencedor*).

11.8.2.3. No fim do prazo para o cadastro de reserva a autoridade competente enviará as informações ao SIASG e gerará a **Ata de Cadastro de Reserva**, que poderá ser visualizada pelo cidadão na consulta pública. (Incluído na respectiva ata na forma de anexo, observado rigorosamente a sequência da classificação do certame).

11.8.2.4. A substituição da empresa declarada vencedora do certame, pelos fornecedores do cadastro reserva, ocorrerá nas hipóteses estabelecidas no arts. 13, 22 e 23, do Decreto Estadual nº 1.887/2017, quando o órgão gerenciador, após devido processo legal, cancelar o preço registrado do fornecedor beneficiário da Ata.

## 12. DA DILIGÊNCIA

12.1. As empresas responsáveis pelas primeiras propostas classificadas, bem como aquelas que vierem a ser convocadas na sequência de classificação em função da eventual desclassificação das primeiras, deverão, caso haja a solicitação da Pregoeira, enviar por meio da opção “Enviar Anexo” do Sistema Comprasnet e, na sua impossibilidade, através do e-mail [licitacoesmpc@mpc.pa.gov.br](mailto:licitacoesmpc@mpc.pa.gov.br), os seguintes documentos:

12.1.1. **CATÁLOGOS, PROSPECTOS COM FOTO OU DESENHO DE FORMA CLARA E DETALHADA, informando as especificações, indicação do fabricante, marca e modelo, obedecidas as especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência.**

12.1.1.1. O catálogo ou prospecto deverá ser enviado após convocação.

12.1.1.2. No caso de inviabilidade do envio dos arquivos referentes ao item por meio da opção “Enviar Anexo” do Sistema Comprasnet ou por meio de e-mails, a licitante deverá informar o link de acesso ou página da internet disponível para consulta da pregoeira e equipe de apoio.

12.1.2. O setor demandante verificará a conformidade do produto ofertado com as especificações constantes no Termo de Referência.

12.2. É facultado a pregoeira ou a autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

## 13. DA NEGOCIAÇÃO E ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA

13.1. Encerrada a etapa de lances o Pregoeiro convocará o licitante detentor do melhor lance, por meio do chat no sistema Comprasnet, para negociação do valor ofertado;

13.2. Após a negociação o Pregoeiro solicitará a proposta do licitante vencedor, devidamente atualizada, contendo o preço e as especificações detalhadas do objeto licitado, bem como os documentos de habilitação, por meio do anexo do sistema e, na sua impossibilidade, através de e-mail [licitacoesmpc@mpc.pa.gov.br](mailto:licitacoesmpc@mpc.pa.gov.br).

13.3. Caso haja alguma documentação vencida, cassada ou inexistente no SICAF, a Pregoeira pesquisará junto ao site oficial do órgão emissor da documentação e na sua impossibilidade solicitará, através do chat, o envio por parte do licitante, por meio da opção “Enviar Anexo” do Sistema Comprasnet e na sua impossibilidade, através de e-mail [licitacoesmpc@mpc.pa.gov.br](mailto:licitacoesmpc@mpc.pa.gov.br), obedecendo o prazo máximo de 02 (duas) horas (Instrução Normativa nº 1, de 27/03/2014) para cumprimento do envio por parte do licitante, dos documentos complementares de habilitação no processo, sob pena de inabilitação.

13.3.1. **Ao Pregoeiro não caberá alertar as licitantes sobre eventuais falta e/ou falhas de documentação, devendo às mesmas zelar pelo completo e correto envio dentro do prazo definido pelo Pregoeiro. Neste caso, o responsável da empresa por operar o sistema deverá verificar minuciosamente o envio da sua documentação no Comprasnet e reenviar ou completar se for o caso, sem ultrapassar a prazo dado inicialmente.**

13.3.2. Encerrado o prazo definido, o Pregoeiro e a equipe de apoio iniciarão a conferência e análise da documentação, não cabendo mais o recebimento de documentação que deveria ser originalmente apresentada no prazo de envio.

13.4. A proposta original e os demais documentos que a integram deverão ser enviados no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis, após convocado pelo Pregoeiro, sendo válido a data de postagem, para o endereço abaixo, aos cuidados da Pregoeiro:

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ  
PREGÃO ELETRÔNICO/ SRP Nº 08/2018-MPC/PA  
A/C PREGOEIRO  
AV. NAZARÉ, Nº 766 – NAZARÉ – BELÉM / PARÁ - CEP: 66.035-145.

#### 14. DA HABILITAÇÃO

14.1. A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF (habilitação parcial) e da documentação complementar especificada neste Edital.

14.1.1. O cadastramento no SICAF poderá ser realizado pelo interessado em quaisquer das unidades de cadastramento dos órgãos/entidades que integram o Sistema de Serviços Gerais – SISG, localizadas nas Unidades da Federação da Secretária de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, orçamento e Gestão, conforme previsto no Decreto nº 02, de 11 de outubro de 2010.

14.2. As licitantes que não atenderem às exigências de habilitação parcial no SICAF deverão apresentar documentos que supram tais exigências, encaminhando-os através da opção “Enviar Anexo” do sistema Comprasnet em conjunto com a proposta e no prazo indicados no item 13.1.

14.3. Os documentos abrangidos pelo SICAF são os seguintes:

14.3.1. Número da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do Ministério da Fazenda;

14.3.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional (Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão Negativa de Débito relativo a Contribuições Previdenciárias expedidas pela Secretaria da Receita Federal);

14.3.3 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal).

14.3.4. Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante;

14.3.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Lei 12.440/11.

14.4. As licitantes deverão apresentar a seguinte documentação complementar:

14.4.1. Registro comercial em caso de empresa individual;

14.4.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva;

14.4.3. Certidão Negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

14.4.4. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação;

14.4.5. Declaração de que emprega percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de pessoas com deficiência (§ 6º do art. 28º da Constituição do Estado do Pará);

14.4.6. Caso a empresa vencedora possua em seu quadro funcional menos de 20 (vinte) empregados, deverá declarar que não emprega pessoas portadoras de deficiência, em virtude de não atingir um percentual mínimo de 5% (cinco por cento), de acordo com o §6º, do art. 28, da Constituição Estadual (EC nº 42/2008 publicada em 11.06.2008).

14.5. Os documentos que não estejam contemplados no SICAF deverão ser remetidos em conjunto com a proposta de preços indicada no item 13.2, em arquivo único, por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema Compras Governamentais.



14.6. A pregoeira, além da consulta ao SICAF, poderá verificar o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

14.6.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

14.6.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

14.6.3. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

14.7. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**14.8. Constatada a existência de sanção, a Pregoeira reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.**

14.9. Os documentos deverão ser enviados em um único arquivo, preferencialmente compactados em pasta (formato zip ou rar). Os documentos digitalizados deverão ser enviados preferencialmente no formato pdf. Tal orientação visa evitar possíveis erros do sistema, facilitando o upload pela licitante e o download pela pregoeira.

14.10. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

14.11. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

14.12. O Pregoeiro poderá fazer averiguações nos sites oficiais mantidos na Internet por órgãos públicos acerca de requisitos a serem cumpridos pelos licitantes, tanto com relação à veracidade da Proposta de Preços e seus anexos, quanto aos requisitos de habilitação, valendo os resultados das consultas como meio legal de prova para tomada de decisões.

14.13. Será inabilitada a licitante que deixar de apresentar, de acordo com o exigido, qualquer documento solicitado, ou apresentá-lo em desacordo com o estabelecido neste Edital.

14.14. Todos os documentos de habilitação emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa efetuada por tradutor juramentado e também devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

## 15. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

15.1. Declarado o vencedor, o Pregoeiro abrirá prazo de até 20 min (vinte minutos), durante o qual qualquer licitante poderá, de forma motivada, em campo próprio do sistema, manifestar a sua intenção de recorrer.

15.2. Será concedido ao licitante que manifestar a **intenção de interpor recurso**, o prazo de **03 (três)** dias úteis para apresentar as suas razões, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões no mesmo prazo, a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

15.3. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pela Pregoeira ao vencedor.

15.4. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.5. A decisão do Pregoeiro deverá ser motivada e submetida à apreciação da Autoridade Competente pela licitação, se não aceito o recurso interposto.

15.6. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

15.7. Os recursos porventura interpostos deverão ser encaminhados exclusivamente por meio eletrônico, no portal [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

15.8. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ, localizado na Avenida Nazaré, nº 766, Bairro Nazaré, Belém – Pará, no horário local de 08h às 14h de segunda a sexta-feira.

## 16. DOS RECURSOS FINANCEIROS

16.1. Em conformidade com o disposto no § 2º, do art. 7º do Decreto Federal nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e § 2º do artigo 9º do Decreto Estadual nº 1.887/2017, a dotação orçamentária será indicada somente para a formalização do contrato e/ou documento substitutivo do contrato.

## 17. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E/OU CONTRATO OU INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO DO CONTRATO.

17.1. A adjudicação do objeto deste certame será viabilizada pela Pregoeira sempre que não houver interposição de recurso, e pela autoridade superior quando da existência de recurso (inciso IX do art. 11 e inciso V do art. 8º, ambos do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005).

17.2. Não havendo recurso ou decididos os interpostos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório (art. 27 do Decreto 5.450, de 31 de maio de 2005 e artigo 28 do Decreto Estadual nº 2.069/2006).

17.2.1. Após a homologação referida no caput, o adjudicatário será convocado (através do e-mail fornecido na proposta comercial) para, **no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, assinar a Ata de Registro de Preços (ARP) com o Ministério Público de Contas do Estado do Pará** (§ 1º, art. 27 do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005), onde o prazo será considerado a partir da confirmação via e-mail por meio do documento digitalizado.

17.2.2. Na assinatura da ARP e de cada contrato e/ou instrumento substitutivo do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pela licitante durante toda a vigência da Ata e do contrato (§ 2º, art. 27 do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005 e § 2º do art. 28 do Decreto Estadual nº 2.069/2006).

17.2.3. Caso a vencedora da licitação não faça a comprovação referida no subitem anterior ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar a ARP ou o contrato, poderá ser convocada outra licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar a ARP ou o contrato, sem prejuízo das multas previstas e das demais cominações legais. (§ 3º, art. 27 do Decreto 5.450, de 31 de maio de 2005 e § 3º do art. 28 do Decreto Estadual nº 2.069/2006).

17.3. As formas de pagamento e recebimento, as obrigações das partes, as penalidades contratuais e demais condições estabelecidas para o ajuste estão discriminadas na Minuta da Ata de Registro de Preços que fazem parte integrante deste edital.

17.4. Desde que haja conveniência para a administração, novas cláusulas poderão ser incluídas além das que a minuta da Ata de Registro indica, a critério da contratante, desde que aceita tácita ou expressamente pelo adjudicatário e que não modifique o objeto licitado.

17.5. A contratação resultante do objeto deste edital reger-se-á ainda pelas normas fixadas pelo Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078/1990.

17.6. As aquisições serão mediante requisições contra empenho. Em caso de necessidade da expedição de Contrato formal, o mesmo será submetido previamente a consultoria jurídica do MPC/PA e ao conhecimento pela contratada.

## 18. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1. Homologada a licitação, a Ata de Registro de Preços resultante deste certame terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura, sendo documento vinculativo obrigacional, com o fornecedor primeiro classificado para cada item e conforme as condições previstas neste edital e seus anexos.

18.2. O Ministério Público de Contas do Estado do Pará convocará o licitante melhor classificado para assinar a Ata de Registro de Preços, dentro do prazo expresso, ou seja, **05(cinco) dias úteis**, em documento oficial, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante a apresentação de justificativa.

18.3. A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar a Ata de Registro de Preços ou o Contrato e/ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se o licitante às penalidades constantes dos arts. 81 e 87, incisos I, II, III e IV, da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

18.3.1. Ocorrendo a hipótese prevista no subitem anterior, o Ministério Público de Contas do Estado do Pará poderá convocar os licitantes remanescentes, por ordem de classificação, de acordo com art. 64, § 2º da Lei nº 8.666/93.

18.4. Para assinatura da Ata de Registro de Preços, deverá ser apresentada pelo representante legal cópia de documento que o habilite a assinar a Ata em nome da empresa (contrato social e/ou procuração), além de cópia da cédula de identidade, devidamente autenticados em Cartório.

18.5. No caso de licitantes domiciliados em local diverso da sede do Ministério Público de Contas do Estado do Pará, o envio da ata de registro de preços dar-se-á por correio eletrônico (e-mail, assinada com assinatura digital) ou Aviso de Recebimento – AR a ser postado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, hipóteses em que **o prazo será contado a partir da data de postagem, desde que imediatamente após o envio via correio, seja fornecido ao Contratante o número do código de rastreamento do Correio.**

18.6. As quantidades previstas no Anexo II são meramente estimativas, reservando-se o Ministério Público de Contas do Estado do Pará o direito de adquirir, em cada item, o quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial, integral ou mesmo abster-se de adquirir algum item especificado.

18.7. A autoridade competente poderá, por despacho fundamentado e até a data da assinatura da Ata de Registro de Preços, desclassificar o licitante vencedor no caso de ter conhecimento de qualquer fato ou circunstância quanto à idoneidade da proposta ou quanto à apuração de falsidade documental referente à proposta, anterior ou posterior ao julgamento da presente licitação, assegurada a ampla defesa, nos termos do art. 48 da Lei nº 8.666/93.

18.8. O Ministério Público de Contas do Estado do Pará será o órgão responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação e indicará, sempre que solicitado pelos órgãos interessados, o licitante para o qual será formulada consulta, visando à adesão.

18.9. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/1993 ou de redução dos preços praticados no mercado.

18.10. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o fornecedor beneficiário registrado será convocado pelo Ministério Público do Estado do Pará para negociação do valor registrado em Ata.

18.10.1. Caso a negociação seja frustrada, o fornecedor será liberado e o Ministério Público de Contas do Estado do Pará poderá convocar outro fornecedor registrado, observada a ordem de classificação.

18.11. A Ata de Registro de Preços, assim como o (s) Contrato (s) decorrente (s) da presente licitação, bem como suas alterações, ficará (ão) subordinado (s) às normas da Lei Federal nº 8.666/93, decreto Federal nº 7.892/2013, e de acordo com a minuta anexa ao presente instrumento.

## 19. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

19.1. O fornecedor signatário da Ata terá seu registro de preços cancelado nas seguintes situações:

19.1.1. **Por iniciativa do Ministério Público de Contas do Estado do Pará**, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:

19.1.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;  
19.1.1.2. Não assinar o termo de contrato no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

19.1.1.3. Não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;  
19.1.1.4. Houver razões de interesse público, devidamente motivado e justificado.

19.1.2. **A pedido**, quando:

20.1.2.1. O fornecedor registrado comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata por ocorrência de caso fortuito ou de força maior.

19.1.3. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

## 20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, a Administração do Ministério Público de Contas do Estado do Pará poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:

20.1.1. Advertência, que será aplicada de ofício, mediante contra recibo do representante legal da contratada, estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante análise da Administração.

20.1.2. Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso e/ou descumprimento das obrigações parciais estabelecidas neste instrumento, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor do material não entregue, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicados oficialmente.

20.1.3. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, no caso de inexecução total ou parcial do objeto, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao Ministério Público de Contas do Estado do Pará e partícipes.

20.1.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

20.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os seus motivos determinantes ou até que seja promovida sua reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, na hipótese em que a conduta da licitante quando da execução dos serviços associa-se à prática de ilícito penal.

20.2. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, e será descredenciada do SICAF, se for o caso, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei nº 8.666/93, no que couber, garantido o direito prévio à ampla defesa, a licitante que:

20.2.1. Deixar de entregar a documentação exigida no Edital.

20.2.2. Convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o Contrato.

20.2.3. Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa.

20.2.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto deste Pregão Eletrônico.

20.2.5. Não manter a proposta, injustificadamente.

20.2.6. Falhar ou fraudar na execução do Contrato.

20.2.7. Comportar-se de modo inidôneo.

20.2.8. Cometer fraude fiscal.

20.3. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas, assegurar-se-á o direito à ampla e prévia defesa.



20.4. Da aplicação das penalidades caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação, que será dirigido à autoridade superior por intermédio da que praticou o ato, a qual poderá reconsiderar a sua decisão ou fazê-la subir devidamente informada.

20.5. As sanções previstas item 20.1 poderão ser aplicadas conjuntamente com as demais penalidades previstas neste Edital convocatório.

20.6. Na ausência/insuficiência de garantia e de créditos para desconto das multas, e se estas não forem recolhidas no prazo de 05 (cinco) dias úteis, as multas aplicadas serão cobradas judicialmente.

20.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

## 21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

21.1. As obrigações da Contratante e da Contratada ficarão estabelecidas no Instrumento Contratual ou em seu substitutivo.

## 22. DA IRREAJUSTABILIDADE DO VALOR CONTRATUAL

22.1. O preço consignado no Instrumento Contratual ou em seu substitutivo será irremediável no prazo de vigência do instrumento ou seja 12 (doze) meses.

## 23. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADE NÃO PARTICIPANTE

23.1. Considerando a discricionariedade administrativa e diante da previsão expressa no artigo 24 do Decreto Estadual 1.887/2017, os órgãos não participantes poderão utilizar a ata de registro de preços decorrente deste certame, mediante a devida solicitação de adesão;

23.1.1. Não poderão aderir os órgãos da administração pública federal, nos termos do Decreto Federal nº 7.892/2013.

23.1.2. As adesões à Ata, se autorizadas pela Administração do Ministério Público de Contas do Estado, serão regidas pelo Artigo 24 do Decreto Estadual 1.887/2017, e não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador.

23.1.3. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na sua totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços.

## 24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

24.2. É facultada a pregoeira ou à Autoridade Competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução de assunto relacionado ao presente procedimento licitatório, **vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveria constar originariamente da proposta.**

24.3. O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, desde que se contenham nos limites estipulados no art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

24.4. A critério do Ministério Público de Contas do Estado do Pará, a presente licitação poderá ser:

24.4.1. Adiada, por conveniência exclusiva da Administração.

24.4.2. Revogada, a juízo da Administração, se for considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

24.4.3. Anulada, se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

24.5. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico (SRP) constarão de Ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

24.6. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação e submetido à autoridade competente para homologação.

24.7. As decisões da Pregoeira somente serão consideradas definitivas após homologação pela autoridade competente.

24.8. A contagem dos prazos estabelecidos neste edital excluirá o dia do início e incluirá o do vencimento. No caso do início ou vencimento do prazo recair em dia em que não haja expediente no Ministério Público de Contas do Estado do Pará, o termo inicial ou final se dará no primeiro dia útil subsequente.

24.9. Incorre em crime aquele que impedir, perturbar, descumprir prazos exigidos pelo edital e pela legislação ou fraudar a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, sujeitando-se às penalidades e sanções previstas no art. 28 do Decreto nº 5.450/2005, sem prejuízo das sanções previstas nas demais legislações pertinentes que estejam em vigor.

**24.10. Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra e após apresentação da documentação e da proposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.**

24.11. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

24.12. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação da pregoeira em contrário.

24.13. Aos casos omissos aplicar-se-ão o disposto na Lei Estadual nº 6.474/2002, no Decreto Estadual nº 2.069/2006, no Decreto Estadual nº 967, de 14/05/2008, na Lei nº 10.520/2002 e na Lei nº 8.666/1993, Decreto nº 1.887 de 07 de novembro de 2017 e demais normas vigentes que regulam a licitação na modalidade Pregão Eletrônico e subsidiariamente pela Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **25. DO FORO**

25.1. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual do Pará, Comarca de Belém, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Edital, que não puderem ser resolvidas pela via administrativa, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Belém/PA, 05 de julho de 2018.

**GUILHERME DA COSTA SPERRY**

Procurador-Geral de Contas do Estado do Pará, em Exercício.

## ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

**LEGISLAÇÃO:** Em cumprimento à Lei Federal nº. 10.520/2002, Decreto Federal 5.450/2005 e Leis Estaduais nº. 5.416/87 e 6.474/2002, regulamentada pelo Decreto Estadual nº. 0199/2003, Decreto Estadual 2069/2006, de 20/02/2006, da Lei Complementar Federal nº. 123, de 14/12/2006 e alterações, com aplicação supletiva da Lei nº 8.666/93.

### 1. JUSTIFICATIVA

A referida contratação justifica-se pela necessidade em atender à demanda do Ministério Público de Contas do Estado do Pará – MPC/PA para a aquisição de MATERIAL DE EXPEDIENTE, sendo imprevisível o quantitativo estimado pela necessidade da aquisição para o bom andamento das atividades que o órgão desempenha.

### 2. DO OBJETO

REGISTRO DE PREÇO na forma de PREGÃO ELETRÔNICO para contratação de empresa especializada no fornecimento de MATERIAL DE EXPEDIENTE, certificados pelo INMETRO, quando for o caso, para suprir a demanda do Ministério Público de Contas do Estado do Pará – MPC/PA, conforme especificações, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, Edital e seus Anexos.

### 3. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTIMADAS

As descrições, especificações e quantitativos dos itens estão definidos nas tabelas dos Anexos I e II, deste Termo de Referência devendo as empresas licitantes apresentar valor global para cada lote.

### 4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

Bem comum é aquele que apresenta sob identidade e características padronizadas e que se encontra disponível e fácil aquisição, a qualquer tempo, no mercado local e regional, nos termos do parágrafo único, do artigo 1º, da Lei nº 10.520, de 2002 e do Decreto nº 5.450 de 31 de maio de 2005.

### 5. DAS AQUISIÇÕES:

As aquisições serão solicitadas por meio de requisições expedidas pelo setor Administrativo, conforme as necessidades do Setor Demandante, de forma parcelada.

### 6. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E DA REMUNERAÇÃO A SER PAGA

6.1. O critério para a seleção da proposta será o de **Menor Preço por Lote;**

- 6.2. A empresa quando contratada será remunerada pelo valor total dos itens requisitados e acordados na Proposta Comercial;
- 6.3. Somente poderão apresentar proposta as empresas legalmente estabelecidas e especializadas no ramo e que possuam infraestrutura para fornecimento dos itens citados no Anexo II deste Termo de Referência;

## **7. DO PRAZO PARA A ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

- 7.1. O prazo de entrega dos bens é de até 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho, em remessa única de acordo com a solicitação formal do setor Administrativo através de e-mail institucional, no seguinte endereço: AVENIDA NAZARÉ, 766 – BAIRRO NAZARÉ - CEP 66035-145 - BELÉM/PA.
  - 7.1.1. A Nota de empenho poderá ser encaminhada por e-mail institucional, passando o prazo a vigorar a contar do efetivo recebimento pela contratada.
- 7.2. A entrega dos materiais será realizada em dias de expediente, no horário de 8:00 às 14:00h.
- 7.3. Ao Ministério Público de Contas do Estado do Pará fica reservado o direito de recusar de pronto os materiais que, flagrantemente, não estejam em conformidade com a descrição do item, sem prejuízo das atribuições dos executores do contrato.
- 7.4. Os bens serão recebidos provisoriamente por servidor devidamente indicado pelo Ministério Público de Contas do Estado, responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta da contratada.
- 7.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta da contratada, devendo ser substituídos no prazo de até 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 7.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.



## **8. DA AMOSTRA PRÉVIA DO OBJETO:**

- 8.1. As empresas responsáveis pelas propostas, primeiras classificadas por lote, bem como aquelas que vierem a ser convocadas na sequência de classificação, em função da eventual desclassificação das primeiras, deverão apresentar, quando solicitadas, para que haja uma avaliação da qualidade e das especificações dos materiais oferecidos:
  - 8.1.1. Catálogos e/ou prospectos, obedecidas às especificações estabelecidas neste instrumento;
- 8.2. A licitante vencedora, caso necessário, será convocada antes da adjudicação do objeto, para apresentar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, podendo ser prorrogado em razão da localização do fornecedor, amostras dos objetos solicitados, para verificação da conformidade das especificações constantes neste Termo de Referência, o que será passível de desclassificação.
- 8.3. Os objetos encaminhados e aprovados serão retidos e deduzidos do valor total contratado.
- 8.4. As despesas com o envio e transportes dos objetos serão de inteira responsabilidade da licitante, inclusive as custas dos objetos recusados por não atenderem ao Termo de Referência.

## **9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 9.1. Imediatamente após a formalização disponibilizará o atendimento e atenderá à demanda solicitada, dentro dos padrões de qualidade pertinentes e nas quantidades solicitadas, mediante requisição devidamente assinada pelo setor competente.
- 9.2. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como, exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, executando fielmente o contrato de acordo com as cláusulas avençadas;
- 9.3. Possuir imprescindivelmente documento para sua habilitação de atestado de capacidade técnica compatível com objeto, fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante forneceu objeto compatível em característica e prazos, com objeto da presente licitação;
- 9.4. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da Contratante, cujas obrigações deverá atender prontamente;
- 9.5. A contratada deverá emitir faturas e/ou notas fiscais distintas, contendo o valor das aquisições solicitadas pelo setor demandante;

- 9.6. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes ao objeto do contrato;
- 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.8. Responsabilizar-se pela qualidade e quantidade dos materiais fornecidos;
- 9.9. Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo fixado neste Termo de Referência, em que se verificarem vícios, avarias, defeitos ou incorreções resultantes da aquisição;
- 9.10. Manter preposto para representá-la quando da execução do contrato;
- 9.11. Manter um supervisor responsável, com poderes de representante ou preposto **nomeado por escrito**, pelo gerenciamento do objeto, para tratar com o fiscal da Contratante, sobre assuntos relacionados à execução do contrato;
  - 9.11.1. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da Contratante, cujas obrigações deverão atender prontamente;
- 9.12. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa, ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da entidade;
- 9.13. Arcar com todos os ônus necessários à completa entrega que efetuar, incluindo o pagamento de taxas e emolumentos, seguros, impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais e quaisquer despesas referentes à entrega, inclusive licença em repartições públicas, registros, publicações e autenticações do Contrato e dos documentos a ele relativos, se necessário.
- 9.14. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;
- 9.15. Abster-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades, objeto deste Termo de Referência, sem prévia autorização do contratante;
- 9.16. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.17. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, os serviços avançados, sem prévia e expressa anuência do contratante.

## **10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 10.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por um representante especialmente designado, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93;
- 10.2. Permitir o acesso dos empregados da empresa a ser contratada às dependências da entidade para entrega do objeto contratado;
- 10.3. Rejeitar, no todo ou em parte, as aquisições realizadas em desacordo com este Termo de Referência;
- 10.4. Proceder ao pagamento do contrato, na forma e prazo pactuados;
  - 10.4.1. Os valores relativos às aquisições do objeto serão repassados pela Administração à empresa contratada.
- 10.5. Proporcionar todas as condições necessárias ao bom andamento para entrega do objeto;
- 10.6. Notificar, por escrito, à contratada, ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução da entrega das aquisições, fixando prazo para a sua correção;
- 10.7. Notificar, por escrito, a contratada, a disposição de aplicação de eventuais penalidades, garantido o contraditório e a ampla defesa.

## **11. SANÇÕES**

- 11.1. Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento contratual:
  - 11.1.1. 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do Contrato, por ocorrência;
  - 11.1.2. 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, com a possível rescisão contratual;
  - 11.1.3. 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, na hipótese de a CONTRATADA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando o MPC/PA, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada;
- 11.2. O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pelo MPC/PA. Se os valores não forem suficientes, a diferença será descontada da garantia prestada ou deverá ser recolhida pela CONTRATADA no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da aplicação da sanção;

11.3. As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

## **12. DA GARANTIA DO OBJETO**

12.1. O fornecedor deverá substituir os produtos imediatamente, sem qualquer ônus ao Ministério Público de Contas do Estado do Pará, caso se constate neste período, qualquer avaria, defeito de fabricação ou outra circunstância que o impeça de produzir a utilidade a que se destinem, salvo se tal condição, comprovadamente, decorrer pelo motivo de gasto ordinário, por abuso, por negligência ou por mau trato.

## **13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que:

13.1.1. Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

13.1.2. Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;

13.1.3. Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **14. DA VIGENCIA DO CONTRATO**

14.1. O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.

**Belém, 05 de junho de 2018.**

**Simone Chaves Martins**  
MAT: 200084  
DADM



## ANEXO II – QUANTITATIVO DOS PRODUTOS

Material de Expediente – Quantitativo dos Produtos			
Item	Descrição	Unidade	Qt.
<b>LOTE 01</b>			
1	PORTA CANETA/CLIP'S TRIPLO - em acrílico.	Un.	10
2	PRANCHETA EM ACRÍLICO COM PRENDEDOR METÁLICO – Ofício	Un.	40
3	QUADRO DE AVISO EM ACRÍLICO PARA ELEVADOR - OFÍCIO Display em polipropileno Cristal auto-adesivo sem emendas para elevador. Tamanho Ofício	Un.	4
<b>LOTE 02</b>			
4	CAIXA ARQUIVO MORTO EM POLIPROPILENO – na cor AMARELA Polionda, medidas aproximadas 350 X 130 X 245	Un.	60
5	CAIXA ARQUIVO MORTO EM POLIPROPILENO – na cor AZUL Polionda, medidas aproximadas 350 X 130 X 245	Un.	40
6	CAIXA ARQUIVO MORTO EM POLIPROPILENO – na cor PRETA Polionda, medidas aproximadas 350 X 130 X 245	Un.	40
7	CAIXA ARQUIVO MORTO EM POLIPROPILENO – na cor VERDE Polionda, medidas aproximadas 350 X 130 X 245caixa arquivo morto	Un.	40
8	CAIXA ARQUIVO MORTO EM POLIPROPILENO – na cor VERMELHA Polionda, medidas aproximadas 350 X 130 X 245caixa arquivo morto	Un.	40
9	CAIXA BOX p/ ARQUIVO MORTO CHAPA OPACA – na cor PRETA LxAxP 245x360x115mm	Un.	60
10	PASTA EM PLÁSTICO ABA E ELÁSTICO - ½ OFÍCIO	Un.	20
11	PASTA EM PLÁSTICO COM GRAMPO TRILHO PLÁSTICO – OFÍCIO	Un.	140
12	PASTA SUSPensa, PLÁSTICA, COM FERRAGEM PLÁSTICA, VISOR E ETIQUETA – TRANSPARENTE CRISTAL – Tam. OFÍCIO Pasta Suspensa Plástica Transparente Cristal c/ Grampo Plástico e Visor Completo	Un.	200
13	REGISTRADOR AZ, LOMBO LARGO, EM PLÁSTICO PP - OFÍCIO.Revestimento externo total em plástico PP Ferragem niquelada de alta pressão Visor plástico com etiqueta para identificação	Un.	50
14	REGISTRADOR AZ, LOMBO LARGO, EM PAPELÃO - OFÍCIO. Revestimento externo em papel plastificado Etiqueta para identificação	Un.	50
<b>LOTE 03</b>			
15	APAGADOR PARA QUADRO BRANCO	Un.	2
16	APONTADOR DE LÁPIS	Un.	15
17	CANETA MARCA TEXTO – Tinta Fluorescente cor <b>AMARELA</b>	Un.	70
18	CORRETIVO EM FITA, TIPO ROLLER – 4,2mmx12m.	Un.	15
19	FIO DE ALGODÃO CRU Nº 08 Barbante em algodão cru nº 8, com 250g	Rolo	5
20	PINCEL ATÔMICO - Tinta cor AZUL	Un.	10
21	PINCEL ATÔMICO - Tinta cor VERMELHA	Un.	10
22	PINCEL MARCADOR PERMANENTE P/ CD/DVD – Tinta cor <b>AZUL</b>	Un.	15
23	PINCEL QUADRO BRANCO/MAGNÉTICO – Tinta cor AZUL - caixa com 12 un.	Caixa	1

24	PINCEL QUADRO BRANCO/MAGNÉTICO – Tinta cor PRETA - caixa com 12 un.	Caixa	1
25	PINCEL QUADRO BRANCO/MAGNÉTICO – Tinta cor VERMELHA - caixa com 12 un.	Caixa	1
<b>LOTE 04</b>			
26	CLIPS NIQUELADO Nº 8/0 - caixa com 25 unidades.	Caixa	30
27	COLCHETE METÁLICO Nº 15 – caixa com 72 unidades.	Caixa	30
28	EXTRATOR DE GRAMPOS - Tipo Piranha	Un.	20
29	GRAMPO PARA GRAMPEADOR DE 9/10 mm - caixa com 1.000 un.	Caixa	20
<b>LOTE 05</b>			
30	CAPA PARA ENCADERNAÇÃO - A4	Un.	700
31	CONTRACAPA PARA ENCADERNAÇÃO – Tamanho A4 – Cor Preta.	Un.	700
32	ESPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO - Diâmetro de 07mm Em plástico na cor preta, PVC semirrígido, comprimento 33cm – pacote com 100 unidades	Pacote	1
33	ESPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO - Diâmetro de 09mm Em plástico na cor preta, PVC semirrígido, comprimento 33cm – pacote com 100 unidades.	Pacote	1
34	ESPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO - Diâmetro de 12mm Em plástico na cor preta, PVC semirrígido, comprimento 33cm – pacote com 100 unidades.	Pacote	1
35	ESPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO - Diâmetro de 23 mm Em plástico na cor preta, PVC semirrígido, comprimento 33cm – pacote com 60 unidades.	Pacote	2
36	ESPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO - Diâmetro de 33 mm Em plástico na cor preta, PVC semirrígido, comprimento 33cm – pacote com 27 unidades.	Pacote	2
37	ESPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO - Diâmetro de 45 mm Em plástico na cor preta, PVC semirrígido, comprimento 33cm – pacote com 15 unidades.	Pacote	4
38	ESPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO - Diâmetro de 50 mm Em plástico na cor preta, PVC semirrígido, comprimento 33cm – pacote com 12 unidades.	Pacote	5
<b>LOTE 06</b>			
39	BLOCO ADESIVO PARA RECADO - Tipo POST-IT (38 X 50 mm) - Pacote com 4 (quatro) cores	Pacote	50
40	BLOCO ADESIVO PARA RECADO - Tipo POST-IT (76 X 76 mm) - cor AMARELO	Pacote	50
41	BLOCO PARA RASCUNHO SEM PAUTA - 110 X 160 mm	Un.	80
42	MARCADOR DE PÁGINA ADESIVO FLAGS 5 CORES (45X12mm) PARA 200 FOLHAS	Cartela	120
43	ENVELOPE TIPO SACO, SEM TIMBRE, BRANCO, 1/2 ofício.	Un.	100
44	ETIQUETA AUTOADESIVA P/ IMPRESSORA LASER, COR BRANCA - 33,9x101,6 mm – embalagem com 100 folhas	Pacote	3
45	ETIQUETA AUTOADESIVA P/ IMPRESSORA LASER, COR BRANCA - 50,8x101,6 mm – embalagem com 100 folhas	Pacote	3
46	FITA ADESIVA CREPE - 48 mm X 50 m.	Rolo	20
47	PAPEL COUCHÊ, 180 G, BRANCO - A4 - embalagem com 50 folhas	Pacote	10
48	PAPEL DIPLOMATA OPALINE A4, 180 G, BRANCO - A4 - embalagem com 50 folhas	Pacote	15

<b>LOTE 07</b>			
49	GRAMPEADOR DE MESA - p/ grampo 9/10 mm - min 100 folhas	Un.	10
50	GUILHOTINA METÁLICA DE PAPEL - TAMANHO A3	Un.	1
51	PERFURADOR DE PAPEL METÁLICO – 2 FUROS – 100 FOLHAS	Un.	3
52	SUPORTE P/ FITA ADESIVA PEQUENA – Cor PRETA	Un.	15

**Belém, 08 de junho de 2018.**

**Simone Chaves Martins**  
MAT: 200084  
DADM

**ANEXO III – DO TERMO DE REFERÊNCIA**

Material de Expediente - Descrição dos Produtos				
ITEM	Descrição	Foto Ilustrativa	Unidade	Qt.
<b>LOTE 01</b>				
1	<p><b>PORTA CANETA/CLIP'S TRIPLO</b> - em acrílico. Porta caneta/clips acrílico triplo cristal.</p> <p>Marca de referência: WALEU, equivalente ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 2401/2006, 9.3.2 – Plenário)</p>		Unidade	10
2	<p><b>PRANCHETA EM ACRÍLICO COM PRENDEDOR METÁLICO – Ofício</b> Em poliestireno transparente ou fumê com prendedor metálico-tamanho Ofício</p> <p>Marca de referência: WALEU, equivalente ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 2401/2006, 9.3.2 – Plenário)</p>		Unidade	40
3	<p><b>QUADRO DE AVISO EM ACRÍLICO PARA ELEVADOR - OFÍCIO</b> Display em polipropileno Cristal auto-adesivo sem emendas para elevador. Tamanho Ofício</p> <p>Marca de referência: DELLO, equivalente ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 2401/2006, 9.3.2 – Plenário)</p>		Unidade	04



LOTE 02				
4	<b>CAIXA ARQUIVO MORTO EM POLIPROPILENO – na cor AMARELA</b> Polionda, 350 X 130 X 245 mm  Marca de referência: POLIBRÁS, equivalente ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 2401/2006, 9.3.2 – Plenário)		Unidade	60
5	<b>CAIXA ARQUIVO MORTO EM POLIPROPILENO – na cor AZUL</b> Polionda, 350 X 130 X 245 mm  Marca de referência: POLIBRÁS, equivalente ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 2401/2006, 9.3.2 – Plenário)		Unidade	40
6	<b>CAIXA ARQUIVO MORTO EM POLIPROPILENO – na cor PRETA</b> Polionda, 350 X 130 X 245 mm  Marca de referência: POLIBRÁS, equivalente ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 2401/2006, 9.3.2 – Plenário)		Unidade	40
7	<b>CAIXA ARQUIVO MORTO EM POLIPROPILENO – na cor VERDE</b> Polionda, 350 X 130 X 245 mm  Marca de referência: POLIBRÁS, equivalente ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 2401/2006, 9.3.2 – Plenário)		Unidade	40
8	<b>CAIXA ARQUIVO MORTO EM POLIPROPILENO – na cor VERMELHA</b> Polionda, 350 X 130 X 245 mm  Marca de referência: POLIBRÁS, equivalente ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 2401/2006, 9.3.2 – Plenário)		Unidade	40

9	<p><b>CAIXA BOX p/ ARQUIVO MORTO CHAPA OPACA – na cor PRETA</b>  LxAxP 245x360x115mm  Caixa box para arquivo morto com etiqueta lateral personalizável. Material resistente e impermeável que não absorva mofo e umidade com fecho de encaixe.</p> <p>Marca de referência: YES, equivalente ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 2401/2006, 9.3.2 – Plenário)</p>		Unidade	60
10	<p><b>PASTA EM PLÁSTICO ABA E ELÁSTICO - ½ OFÍCIO</b>  Pasta em polipropileno <b>transparente</b>, com aba e elástico, lombo – 25mm – cores variadas – tamanho ½ Ofício</p> <p>Marca de referência: POLIBRÁS, equivalente ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 2401/2006, 9.3.2 – Plenário)</p>		Unidade	20
11	<p><b>PASTA EM PLÁSTICO COM GRAMPO TRILHO PLÁSTICO – OFÍCIO</b>  Pasta em polipropileno <b>transparente</b>, com grampo trilho plástico – cores variadas – tamanho Ofício</p> <p>Marca de referência: POLIBRÁS, equivalente ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 2401/2006, 9.3.2 – Plenário)</p>		Unidade	140
12	<p><b>PASTA SUSPENSA, PLÁSTICA, COM FERRAGEM PLÁSTICA, VISOR E ETIQUETA – TRANSPARENTE CRISTAL – Tam. OFÍCIO</b>  Pasta Suspensa Plástica Transparente Cristal c/ Grampo Plástico e Visor Completo.</p> <p>Marca de referência: YES, equivalente ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 2401/2006, 9.3.2 – Plenário)</p>		Unidade	200

13	<p><b>REGISTRADOR AZ, LOMBO LARGO, EM PLÁSTICO PP - OFÍCIO.</b> Revestimento externo total em plástico PP Ferragem niquelada de alta pressão Visor plástico com etiqueta para identificação</p> <p>Marca de referência: CHIES, equivalente ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 2401/2006, 9.3.2 – Plenário)</p>		Unidade	50
14	<p><b>REGISTRADOR AZ, LOMBO LARGO, EM PAPELÃO - OFÍCIO.</b> Revestimento externo em papel plastificado Etiqueta para identificação</p> <p>Marca de referência: FRAMA, equivalente ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 2401/2006, 9.3.2 – Plenário)</p>		Unidade	50
<b>LOTE 03</b>				
15	<p><b>APAGADOR PARA QUADRO BRANCO</b></p> <p>Marca de referência: PILOT, equivalente ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 2401/2006, 9.3.2 – Plenário)</p>		Unidade	02
16	<p><b>APONTADOR DE LÁPIS C/ DEPÓSITO</b> Lâminas em aço temperado, corpo em plástico transparente, com um furo e depósito para resíduo.</p> <p>Revestimento externo em papel plastificado Etiqueta para identificação</p> <p>Marca de referência: FABER-CASTELL, equivalente ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 2401/2006, 9.3.2 – Plenário)</p>		Unidade	15
17	<p><b>CANETA MARCA TEXTO – Tinta Fluorescente cor AMARELA</b> Tinta fluorescente, com ponta chanfrada, com duas possibilidades de espessuras de traço (grifar e destacar), ponta em polietileno.</p> <p>Marca de referência: FABER-CASTELL – Grifpen, equivalente ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 2401/2006, 9.3.2 – Plenário)</p>		Unidade	70

18	<p><b>CORRETIVO EM FITA, TIPO ROLLER</b>          4,2mmx12m.</p> <p>Marca de referência: BIC, equivalente ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 2401/2006, 9.3.2 – Plenário)</p>		Unidade	15
19	<p><b>FIO DE ALGODÃO CRU Nº 08</b>          Barbante em algodão cru nº 8, com 250</p>		Rolo	05
20	<p><b>PINCEL ATÔMICO - Tinta cor AZUL</b>          Ponta de feltro chanfrada</p> <p>Marca de referência: PILOT, equivalente ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 2401/2006, 9.3.2 – Plenário)</p>		Unidade	10
21	<p><b>PINCEL ATÔMICO - Tinta cor VERMELHA</b>          Ponta de feltro chanfrada</p> <p>Marca de referência: PILOT, equivalente ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 2401/2006, 9.3.2 – Plenário)</p>		Unidade	10
22	<p><b>PINCEL MARCADOR PERMANENTE P/ CD/DVD – Tinta cor AZUL.</b>          Tinta a base de álcool, resistente à água.          Ponta fina 1.0mm p/ superfície CD/DVD, plástica, acrílica, vinil, vidro, (p/transparência, dvd, cd, retroprojeter).          Espessura da Escrita: 0.1mm</p> <p>Marca de referência: PILOT, equivalente ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 2401/2006, 9.3.2 – Plenário)</p>		Unidade	15
23	<p><b>PINCEL QUADRO BRANCO/MAGNÉTICO – Tinta cor AZUL – caixa c/ 12 un.</b>          Ponta macia de acrílico 4,0mm, com espessura da escrita de 2,0mm.          Marca de referência: Pilot WBM-7, equivalente ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 2401/2006, 9.3.2 – Plenário)</p>		Caixa	01



24	<b>PINCEL QUADRO BRANCO/MAGNÉTICO – Tinta cor PRETA – caixa c/ 12 un.</b> Ponta macia de acrílico 4,0mm, com espessura da escrita de 2,0mm. Marca de referência: Pilot WBM-7, equivalente ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 2401/2006, 9.3.2 – Plenário)		Caixa	01
25	<b>PINCEL QUADRO BRANCO/MAGNÉTICO – Tinta cor VERMELHA – caixa c/ 12 un.</b> Ponta macia de acrílico 4,0mm, com espessura da escrita de 2,0mm. Marca de referência: Pilot WBM-7, equivalente ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 2401/2006, 9.3.2 – Plenário)		Caixa	01
<b>LOTE 04</b>				
26	<b>CLIPS NIQUELADO Nº 8/0 - caixa com 25 unidades.</b> Resistente à oxidação e alta durabilidade.  Marca de referência: ACC, equivalente ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 2401/2006, 9.3.2 – Plenário)		Caixa	30
27	<b>COLCHETE METÁLICO Nº 15 – caixa com 72 unidades.</b> Resistente à oxidação e alta durabilidade.  Marca de referência: ACC, equivalente ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 2401/2006, 9.3.2 – Plenário)		Caixa	30
28	<b>EXTRATOR DE GRAMPOS - Tipo Piranha</b> Em metal revestido de plástico.  Marca de referência: ACC, equivalente ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 2401/2006, 9.3.2 – Plenário)		Unidade	20

29	<p><b>GRAMPO PARA GRAMPEADOR DE 9/10 mm - caixa com 1.000 un.</b>          Em aço galvanizado, resistente à oxidação e alta durabilidade.</p> <p>Marca de referência: ACC, equivalente ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 2401/2006, 9.3.2 – Plenário)</p>		Caixa	20
<b>LOTE 05</b>				
30	<p><b>CAPA PARA ENCADERNAÇÃO – Em PVC – Tamanho A4</b>          Transmitância Transparente.</p>		Unidade	700
31	<p><b>CONTRACAPA PARA ENCADERNAÇÃO – Em PVC - Tamanho A4 – Cor Preta.</b></p>		Unidade	700
32	<p><b>ESPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO - Diâmetro de 07mm</b>          Em plástico na cor preta, PVC semirrígido, comprimento 33cm – pacote com 100 unidades.</p>	  	Pacote	01

33	<b>ESPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO - Diâmetro de 09mm</b> Em plástico na cor preta, PVC semirrígido, comprimento 33cm – pacote com 100 unidades.		Pacote	01
34	<b>ESPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO - Diâmetro de 12mm</b> Em plástico na cor preta, PVC semirrígido, comprimento 33cm – pacote com 100 unidades.		Pacote	01
35	<b>ESPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO - Diâmetro de 23 mm</b> Em plástico na cor preta, PVC semirrígido, comprimento 33cm – pacote com 60 unidades.		Pacote	02
36	<b>ESPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO - Diâmetro de 33 mm</b> Em plástico na cor preta, PVC semirrígido, comprimento 33cm – pacote com 27 unidades.		Pacote	02



37	<b>ESPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO - Diâmetro de 45 mm</b> Em plástico na cor preta, PVC semirrígido, comprimento 33cm – pacote com 15 unidades.		Pacote	04
38	<b>ESPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO - Diâmetro de 50 mm</b> Em plástico na cor preta, PVC semirrígido, comprimento 33cm – pacote com 12 unidades.		Pacote	05
<b>LOTE 06</b>				
39	<b>BLOCO ADESIVO PARA RECADO - Tipo POST-IT (38 X 50 mm) - 4 (quatro) cores</b> Bloco com 4 unidades de 100 folhas cada (total 400 folhas) PT 4 UN Marca de referência: 3M, equivalente ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 2401/2006, 9.3.2 – Plenário)		Pacote	50
40	<b>BLOCO ADESIVO PARA RECADO - Tipo POST-IT (76 X 76 mm) - cor AMARELO</b> Marca de referência: 3M, equivalente ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 2401/2006, 9.3.2 – Plenário)		Pacote	50



41	<p><b>BLOCO PARA RASCUNHO SEM PAUTA - 110 X 160 mm c/ 100 folhas</b>          Bloco com 100 folhas - com picote e grampo</p> <p>Marca de referência: 3M, equivalente ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 2401/2006, 9.3.2 – Plenário)</p>		Unidade	80
42	<p><b>MARCADOR DE PÁGINA ADESIVO FLAGS 5 CORES (45X12MM) PARA 200 FOLHAS</b>          Autoadesivo reposicionável que permitam a escrita de caneta e lápis.</p> <p>Marca de referência: MAXPRINT, equivalente ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 2401/2006, 9.3.2 – Plenário)</p>		Cartela	120
43	<p><b>ENVELOPE TIPO SACO, SEM TIMBRE, BRANCO, 1/2 officio.</b></p>		Unidade	100

44	<p><b>ETIQUETA AUTOADESIVA P/ IMPRESSORA LASER, COR BRANCA - 33,9x101,6mm – embalagem com 100 folhas</b></p> <p>Marca de referência: MAXPRINT - 6182, equivalente ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 2401/2006, 9.3.2 – Plenário)</p>		Pacote	03
45	<p><b>ETIQUETA AUTOADESIVA P/ IMPRESSORA LASER, COR BRANCA - 50,8x101,6 mm – embalagem com 100 folhas</b></p> <p>Marca de referência: PIMACO, equivalente ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 2401/2006, 9.3.2 – Plenário)</p>		Pacote	03
46	<p><b>FITA ADESIVA CREPE - 48 mm X 50 m.</b>  Fita Crepe 48x50m branca em papel Crepado</p> <p>Marca de referência: VONDER, equivalente ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 2401/2006, 9.3.2 – Plenário)</p>		Rolo	20
47	<p><b>PAPEL COUCHÊ, 180 G, BRANCO - A4</b>  Embalagem com 50 folhas</p> <p>Marca de referência: FILIPAPER, equivalente ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 2401/2006, 9.3.2 – Plenário)</p>		Pacote	10

48	<p><b>PAPEL DIPLOMATA OPALINE A4, 180 G, BRANCO - A4</b>          Embalagem com 50 folhas</p> <p>Marca de referência: FILIPAPER, equivalente ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 2401/2006, 9.3.2 – Plenário)</p>		Pacote	15
<b>LOTE 07</b>				
49	<p><b>GRAMPEADOR DE MESA - p/ grampo 9/10 mm</b>          Grampeador metálico com estrutura em aço carbono, mínimo 110 folhas para grampo 9/10mm</p> <p>Marca de referência: MAXIPRINT, equivalente ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 2401/2006, 9.3.2 – Plenário)</p>		Unidade	10
50	<p><b>GUILHOTINA METÁLICA DE PAPEL - TAMANHO A3</b>          Com escala milimétrica e esquadro para precisão no corte.          Estrutura em aço tratado e pintura epóxi eletrostática. Facas em aço retificado, cabo de borracha e mola para ajuste de pressão da faca superior.          Capacidade mínima de corte de 20 folhas de 75g/m²</p>		Unidade	01

51	<p><b>PERFURADOR DE PAPEL METÁLICO – 2 FUROS – 100 FOLHAS</b></p> <p>Marca de referência: CAVIA, equivalente ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 2401/2006, 9.3.2 – Plenário)</p>		Unidade	03
52	<p><b>SUPORE P/ FITA ADESIVA PEQUENA – Cor PRETA</b></p> <p>Marca de referência: WALEU, equivalente ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 2401/2006, 9.3.2 – Plenário)</p>		Unidade	15

Belém, 08 de junho de 2018.

**Simone Chaves Martins**  
 MAT: 200084  
 DADM



#### ANEXO IV

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_/\_\_\_/MP/PA RELATIVA AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2018-SRP-MPC/PA.

Aos \_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de 2018, o MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ, inscrito no CNPJ sob nº 05.054.978/0001-50, situado na Avenida Nazaré nº 766, bairro Nazaré, Belém/PA, neste ato representado pela Procuradora-Geral de Contas, do Estado do Pará, **Drª. Silaine Karine Vendramin**, brasileira, casada, CPF/MF Nº 003.970.749-05, domiciliado e residente nesta cidade, no uso de suas competências e após ter homologado a classificação da(s) proposta(s) apresentada(s) pela **Empresa (vencedora)**, \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, situada \_\_\_\_\_, representante legal: **(nome completo, qualificação (nacionalidade, estado civil, profissão), Nº CPF, RG (nº, órgão emissor, UF)**, telefone e e-mail, no Pregão Eletrônico Nº XX/2018-SRP-MPC/PA, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e dos Decretos nº 5.450, de 31 de maio de 2005, nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, suas alterações posteriores, Decreto Estadual nº. 1.887 de 07 de novembro de 2017 e demais normas legais aplicáveis, RESOLVE registrar o preço ofertado pela empresa, de acordo com a classificação por ela alcançada, conforme informações e cláusulas a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

REGISTRO DE PREÇO na forma de PREGÃO ELETRÔNICO para contratação de empresa especializada no fornecimento de MATERIAL DE EXPEDIENTE, certificados pelo INMETRO, quando for o caso, para suprir a demanda do Ministério Público de Contas do Estado do Pará – MPC/PA, conforme especificações, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, Edital e seus Anexos.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DA ATA:

O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contado a partir da data de sua assinatura.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Durante esse prazo de validade, o Ministério Público de Contas do Estado do Pará não será obrigado a adquirir, exclusivamente por seu intermédio, o objeto referido na **CLÁUSULA PRIMEIRA**, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em Lei, sem que desse fato caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à(s) empresa(s) detentora(s).

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

As adesões à Ata, se autorizadas pelo Ministério Público de Contas do Estado do Pará, serão regidas pelo Artigo 23 do Decreto Estadual nº 1.876/2013, e não poderão exceder, por órgão ou entidade não participante, a 1/5 do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador.

#### CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS REGISTRADOS:

O valor registrado para unidade .....

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Durante a vigência desta Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei Nº 8.666/93.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Os preços registrados incluem todos os custos necessários à execução do objeto da Ata de Registro de Preços, inclusive os referentes às despesas trabalhistas, previdenciárias, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outras despesas necessárias à sua correta execução, de modo que nenhum outro ônus seja devido à detentora.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES E CANCELAMENTO:

Esta Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações nos termos dos arts.17,18 e 19 do Decreto Federal nº 7.892/2013 ou o fornecedor ter seu registro cancelado, conforme arts. 20 e 21 do mesmo diploma legal.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES:**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO – DA(S) EMPRESA(S) REGISTRADA(S):**

- a) Assinar os contratos relativos aos fornecimentos de material e serviços registrados nesta ARP no prazo estipulado;
- b) Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, atualizando os documentos sempre que vencidos os prazos de validade, sob pena de ter seu registro cancelado;
- c) Atender todos os pedidos de fornecimento efetuados pelo CONTRATANTE durante a vigência da Ata, ainda que a entrega deles decorrentes esteja prevista para data posterior ao seu vencimento.
- d) Informar o CONTRATANTE de qualquer alteração necessária à consolidação dos ajustes decorrentes da presente ARP, tais como: mudança de endereço, telefone, fax, dissolução da sociedade, falência e outros;
- e) Aceitar os acréscimos necessários nas compras, no percentual de até 25%, de acordo o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93;
- f) Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao MPC/PA e/ou terceiros, provocados por irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;
- g) Pagar pontualmente os fornecedores e as obrigações fiscais relativos ao material fornecido com base na presente ARP, exonerando o MPC/PA de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;
- h) Cumprir integralmente todas as obrigações constantes do Edital do Pregão que deu origem a esta ARP.

**PARÁGRAFO SEGUNDO - DO CONTRATANTE:**

- a) Convocar a empresa registrada para assinatura do Contrato ou Instrumento Substitutivo, quando oportuno e conveniente;
- b) Observar a manutenção, pelo detentor da presente ARP, das condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital do Pregão;
- c) Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução da ARP.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO**

Os preços registrados na presente Ata com a indicação dos fornecedores serão publicados no Diário Oficial do Estado e no Portal de Compras do Governo Federal e ficarão disponibilizados durante toda a vigência da ata de registro de preços.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 876/2013, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis à espécie.

A presente Ata, após lida e achada conforme, é assinada pelos representantes legais do Ministério Público de Contas do Estado do Pará e do Fornecedor Beneficiário.

Belém-PA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_  
Ministério Público de Contas do Estado do Pará  
Procurador-Geral de Contas do Estado, em Exercício.

\_\_\_\_\_  
-Razão Social da Empresa-  
-Nome do Representante Legal-

TESTEMUNHAS:

1ª - NOME:

CPF:

2ª – NOME:

CPF:

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_/2018-MPC/PA

Cadastro de Reserva, por ordem de classificação, nos termos do Artigo 11 do Decreto nº 7.892/2013, a seguir:

**ITEM 01**

1. Nome da Empresa:  
CNPJ nº:  
Endereço da Sede:  
Representante Legal: *(nome completo, qualificação (nacionalidade, estado civil, profissão), Nº CPF, RG (nº, órgão emissor, UF), telefone e E-mail.*
2. Nome da Empresa:  
CNPJ nº:  
Endereço da Sede:  
Representante Legal: *(nome completo, qualificação (nacionalidade, estado civil, profissão), Nº CPF, RG (nº, órgão emissor, UF), telefone e E-mail.*

**ITEM 02**

1. Nome da Empresa:  
CNPJ nº:  
Endereço da Sede:  
Representante Legal: *(nome completo, qualificação (nacionalidade, estado civil, profissão), Nº CPF, RG (nº, órgão emissor, UF), telefone e E-mail.*
2. Nome da Empresa:  
CNPJ nº:  
Endereço da Sede:  
Representante Legal: *(nome completo, qualificação (nacionalidade, estado civil, profissão), Nº CPF, RG (nº, órgão emissor, UF), telefone e E-mail.*

ANEXO V

**MODELO DECLARAÇÃO**  
(§ 6º do art. 28º da Constituição do Estado do Pará)

**DECLARAÇÃO DE EMPREGABILIDADE DE DEFICIENTES**

REF: PREGÃO \_\_\_\_/2018 – SRP -MPC/PA.

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ: \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o Sr. \_\_\_\_\_, portador da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_ e inscrito no CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA para os devidos fins que possui em seu quadro de empregados um percentual mínimo de 5% de pessoas portadoras de deficiência, de acordo com o disposto no art. 28, §6º da Constituição do Estado do Pará (EC nº 0042/2008, publicada em 11.06.2008).

OU

**DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGABILIDADE DE DEFICIENTES**

REF: PREGÃO \_\_\_\_/2018 – SRP -MPC/PA.

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ: \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o Sr. \_\_\_\_\_, portador da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_ e inscrito no CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA para os devidos fins que **não** possui em seu quadro de empregados um percentual mínimo de 5% de pessoas portadoras de deficiência de acordo com o disposto no art. 28, §6º da Constituição do Estado do Pará (EC nº 0042/2008, publicada em 11.06.2008), em função de possui **menos de 20 (vinte) funcionários** em seu quadro de pessoal.

**ANEXO VI**

**MODELO DE PROPOSTA**

**( PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)**

A empresa \_\_\_\_\_ com sede na cidade de \_\_\_\_\_ (rua, avenida, etc.) \_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ/MF sob o n.º \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, abaixo assinado, interessada na prestação do objeto do Pregão Eletrônico n.º. \_\_\_/2018-MPC/PA propõe ao Ministério Público de Contas a prestação do objeto deste Ato Convocatório, de acordo com esta Proposta Comercial, nas seguintes condições:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	Valor Unit.	Valor Total.
01	(Especificação completa do item)	xx	R\$ _____ (p or extenso)	R\$ _____ (p or extenso)
Valor Global R\$ _____ (Por extenso)				

- a) O valor estimado e as características relativas ao produto constam da tabela acima;
- b) Declaramos que atendemos todas as condições previstas no Edital e seus anexos, para o fornecimento de \_\_\_\_\_;
- c) Dados Bancários: Banco \_\_\_\_\_, agência n.º \_\_\_\_\_, conta corrente n.º \_\_\_\_\_;
- d) Dados do Representante Legal: Nome, CPF, estado civil, telefone, e-mail;
- e) Prazo de validade da proposta: 90 (noventa) dias.

( Local e data)

Assinatura do representante da Empresa  
(cargo)  
(carimbo da empresa)